

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 306.493 - RS (2013/0057875-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
EMBARGANTE : **JOSÉ ANTÔNIO BRANDÃO**
ADVOGADO : **ELTON ALTAIR COSTA - RS021748**
EMBARGADO : **BUNGE FERTILIZANTES S/A**
ADVOGADO : **JORGE LUIS ZANON E OUTRO(S) - RS014705**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por JOSÉ ANTÔNIO BRANDÃO contra r. decisão monocrática (fls. 994/998), que conheceu do agravo para negar provimento ao recurso especial sob os seguintes fundamentos:

- (i) Incidência da Súmula n. 280/STF quanto aos arts. 103 a 106 do CPC/73 e Ato n. 01/2008 do Órgão Especial do TJRS;
- (ii) Ausência de violação do art. 535 do CPC/73;
- (iii) Ausência de ofensa do art. 463, inciso I, do CPC/73;
- (iv) Incidência da Súmula n. 7/STJ quanto aos arts. 470 e 471 do CPC/73; e
- (v) Falta de prequestionamento do art. 1.062 do CC/1916, do art. 406 do CC/02 e dos arts. 128, 264, 294 e 460 do CPC/73.

No presente recurso, a parte embargante alega que "*Salvo melhor juízo, há omissão na h. Decisão embargada, quando a saber se existe ou não a possibilidade de ser conhecido e provido o Agravo de fl. 939 e-STJ para ser conhecido e provido o Recurso Especial de fls. 869 e-STJ para desconstituir o acórdão recorrido de fls. 806-12 e-STJ, por negativa de prestação jurisdicional e deficiência de fundamentação, a fim de que outro seja proferido sob o enfoque do artigo 463, I do CPC/73 para verificar se são ou não verdadeiras as alegações recursais*" (fl. 1004).

Afirma que a decisão deve tratar sobre a correspondência entre a atualização apresentada pelo credor com: (i) *decisão proferida na apelação cível nº 70096161092 (fls. 591-5 e-STJ) na parte em que assegurou ao devedor o abatimento e compensação dos valores pagos de R\$ 74.684,15 com juros de 6% ao ano na data de 30/10/1995 da novação da dívida mediante substituição das duplicatas pelas notas promissórias executadas e permitiu a incidência de juros moratórios de 12% sobre as duplicatas extintas somente até 15-08-1995 ?* (ii) *o anterior cálculo de fl. 228 e-STJ e a sentença*

de fls. 587-90 e-STJ que determinou a incidência de juros de 6% ao ano a partir do vencimento dos títulos executados em 30-10-1995 por ausência de previsão da taxa nas promissórias e confissão de dívida, tal como postulado pelo credor no cálculo inicial de fls. 228 e-STJ ? (iii) a jurisprudência desse Colendo STJ, segundo a qual “Constitui dever legal e constitucional do magistrado verificar se a execução está sendo realizada em conformidade com o estabelecido na sentença e, portanto, cabe-lhe, também apontar e não concordar com irregularidades constatadas na execução ainda quando a parte interessada não a tenha embargado ou percebido os erros cometidos” (RMS 20755 / RJ – STJ, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO em 13/11/2007) ?”.

Devidamente intimada, a parte embargada não se manifestou (certidão de fl. 1010).

É o relatório. Passo a decidir.

Os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual existência de obscuridade, contradição ou omissão no julgado (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissível a sua interposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

Não existe o apontado vício de omissão, pois, conforme se constata na leitura da decisão embargada, o Tribunal estadual, ao ratificar as decisões anteriores, evidenciou seu entendimento quanto à inexistência de erro de cálculo. Ademais, a decisão expressamente se manifestou no sentido de que a análise sobre a existência de preclusão e eventual erro de cálculo demandaria revolvimento fático e probatório, providência que esbarra na Súmula 7/STJ.

Dessa forma, no caso dos autos, está nítido o propósito da parte embargante de rediscutir temas que foram devidamente apreciados, o que, contudo, não é cabível na via estreita dos embargos de declaração. Isso, porque tal recurso é incompatível com a pretensão de se obter efeitos infringentes.

A propósito, traz-se a lume alguns arestos proferidos nesse sentido, os quais exprimem a firme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da inadmissibilidade dos embargos de declaração quando opostos fora das exíguas hipóteses legais de seu cabimento, *in verbis*:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL

NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO, MANTENDO A DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DO EXECUTADO PARA EXCLUIR A VERBA HONORÁRIA DA CONDENAÇÃO. INSURGÊNCIA DO EXEQUENTE.

1. Não ocorrentes as hipóteses insertas no art. 1022 do CPC, tampouco equívoco manifesto no julgado recorrido, não merecem acolhida os embargos que se apresentam com nítido caráter infringente, por via dos quais se objetiva rediscutir a causa, já devidamente decidida.

(...)

4. Embargos de declaração rejeitados."

(EDcl no AgRg no AREsp 539.673/PR, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 23/02/2018, g.n.)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SAQUES FRAUDULENTOS. OMISSÃO ACERCA DA NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS. NÃO OCORRÊNCIA. DANOS MORAIS. JURISPRUDÊNCIA FIRMADA. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. AUTOR VENCEDOR NA MAIOR PARTE DOS PEDIDOS. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Não ocorrentes as hipóteses insertas no art. 535 do CPC, tampouco equívoco manifesto no julgado recorrido, não merecem acolhida os embargos que se apresentam com nítido caráter infringente, em que se objetiva rediscutir a causa.

(...)

5. Embargos de declaração rejeitados."

(EDcl no AgRg no REsp 1378791/RJ, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 02/08/2016, DJe 10/08/2016, g.n.)

O simples descontentamento com o "decisum", a despeito de legítimo, não tem o condão de tornar cabíveis os embargos de declaração, que servem ao aprimoramento da decisão, mas não à sua modificação, que só muito excepcionalmente é admitida.

Ausente o vício imputado na decisão recorrida, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator